A Centelha

JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

N.º 27 · JANEIRO/FEVEREIRO · 2022

É preciso um programa para a classe trabalhadora

OS DIREITOS CONQUISTAM-SE NA LUTA!

SMN 1200€ • 30H SEMANAIS

NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E DA ENERGIA

ELEIÇÕES NO CHILE: DERROTA DA EXTREMA-DIREITA

página 6

LEGISLATIVAS 2022:

É preciso um programa para a classe trabalhadora.

Os direitos conquistam-se na luta!

A crise parlamentar que levou à convocação de eleições é resultado inevitável da política do PS ao serviço do grande capital. O desgaste político tinha de alcançar — e alcançou em outubro — o ponto crítico. O imbróglio provocado pelo chumbo do OE2022 marcou o fim da "geringonça", uma "solução governativa" que foi capaz de assegurar que a acumulação e concentração de capital se deram sem grandes percalços durante 6 anos, mantendo a paz social ora com concessões simbólicas e manobras políticas possibilitadas pelo crescimento económico, ora com repressão.

Agora a burguesia vê-se rodeada por espessas nuvens de incerteza. Como sempre, o fator chave ao qual tem de se adaptar é o da disposição e ação da classe trabalhadora. Foi precisamente o descontentamento e a pressão das massas que fez implodir a "geringonça".

Ao convocar eleições, Marcelo procura um parlamento capaz de formar um governo que, por um lado, tenha estabilidade institucional suficiente para resistir aos próximos choques entre as classes e, por outro lado, seja capaz de conter ou esmagar qualquer movimento de massas que ameace os interesses do capital durante a crise económica e social. Isto não é tarefa fácil. Os cenários que estas eleições colocam são vários, mas uma coisa é certa: nenhum deles assegura a estabilidade política.

A ameaça da direita e da extrema-direita

A direita apresenta-se a eleições numa posição de debilidade e em processo de reorganização. PSD e CDS arrastam-se numa profunda crise desde 2015, após terem governado em coligação e aplicado zelosamente o programa draconiano da troika — *i.e.*, do capital financeiro — para blindar os lucros frente à Grande Recessão de 2008.

O surgimento do Chega dá-se neste contexto. A extrema-direita cresce, em primeiro lugar, sobre a polarização social, com a viragem à extrema-direita de sectores da pequena-burguesia que sente os direitos laborais, os subsídios e todo o tipo de apoios sociais como um obstáculo ao crescimento dos seus negócios e que vê com pavor a radicalização dos trabalhadores e jovens.

Entre as camadas médias fermentam as ideias mais reacionárias — o nacionalismo, o machismo, o ódio às pessoas LGBTI, o racismo… — que são aberta e publicamente defendidas por Ventura. A solução que este Trump português oferece é clara: retirar direitos democráticos e laborais aos trabalhadores, fazer cortes sociais selvagens, rebaixar salários e, claro, suportar esta política sobre uma feroz repressão.

Mas até aqui, o crescimento do Chega deu-se em detrimento do CDS — que pode perder todos os seus deputados nestas eleições — e do PSD. O eleitorado da direita não cresceu, só foi repartido de outra maneira. Isto dá-se porque a extrema-direita continua a ter imensa dificuldade em penetrar na classe trabalhadora e na juventude, e ganha acima de tudo o apoio do eleitorado enfurecido de direita que procura desesperadamente uma saída da crise.

Não obstante esta dificuldade de Ventura, o perigo que representa o Chega é real, e será tanto maior quanto maior for a desmoralização entre os trabalhadores e os jovens. As ideias reacionárias encontram um terreno fértil precisamente entre as camadas mais atrasadas e desmoralizadas da classe trabalhadora, e a política pró-capitalista do PS é por excelência a política da desmoralização. Como dissemos noutras ocasiões, a diminuição do eleitorado da esquerda que deu a vitória a Carlos Moedas em Lisboa foi resultado disto, e o processo está a dar-se à escala nacional. As políticas reformistas abrem as portas a um governo da direita e da extrema-direita, mesmo que só muito dificilmente tal governo se realize já nestas eleições. A construção de uma esquerda combativa e genuinamente socialista é a única forma de cortar o passo à reação.

Não há solução reformista para a crise...

A social-democracia tem um objetivo claro e assumido nestas eleições: conseguir maioria absoluta. No entanto, como já dissemos, 6 anos de política ao serviço do capital financeiro têm consequências. Costa, ao fim de 6 anos como chefe de Estado, não reverteu sequer as privatizações nem as contra-reformas laborais do governo PSD-CDS, e foi ainda capaz de reduzir o investimento público, reduzindo o acesso à saúde e à educação. Por fim, a tão badalada subida dos salários foi meramente nominal, tendo sido engolida pelos aumentos brutais dos custos de eletricidade e combustíveis, assim como das rendas e dos bens de primeira necessidade. Isto não podia passar em branco.

Mesmo com as sondagens a apontar para uma queda eleitoral do BE e do PCP, o PS continua a surgir com números incapazes de conquistar mais de metade dos assentos parlamentares, como 38%. O sonho de Costa — e igualmente do mais importante sector do grande capital — mostra-se extremamente difícil de concretizar.

Há uma forte possibilidade de o dia 30 de janeiro resultar num parlamento que coloque exatamente o mesmo problema que o anterior, e ainda com uma maior presença da extrema-direita e uma redução dos deputados do BE e do PCP. Nem os enormes esforços da comunicação social para culpar BE e PCP pela crise parlamentar, nem a incessante campanha de Costa pela maioria absoluta, pelo "voto útil" e pela "estabilidade" parecem estar a resultar.

Se, como parece mais provável, o PS não alcançar a maioria absoluta, a pressão do capital sobre o BE e o PCP vai ser atroz, tal como foi durante o debate do OE2022. A burguesia exigirá que a esquerda apoie o mesmíssimo programa que chumbou em outubro, ou uma versão ainda pior, sob pena de ser "irresponsável" e contra os "interesses nacionais".

Mais uma vez, coloca-se uma escolha de grande transcendência perante as direções do BE e do PCP: ir ainda mais longe na política de conciliação de classes que seguiram até aqui, podendo até exigir algumas pastas ministeriais em troca do seu apoio — tal como fizeram o Podemos e o PCE no Estado espanhol —, ou romper de uma vez por todas com a social-democracia e o programa de unidade nacional e conciliação de classes.

O facto incontornável é que não existe nenhuma solução social-democrata para a crise. A burguesia não abdica de um cêntimo dos lucros a não ser que se veja obrigada a fazê-lo pela força da luta de massas. E na época de decadência orgânica do capitalismo e de ditadura do capital financeiro, com o mundo a atravessar a maior crise económica desde o *crash* de 1929, a classe dominante não abre qualquer espaço para concessões realmente capazes de elevar o nível de vida das massas. Qualquer medida desse tipo seria um ataque aos lucros, ou seja, um choque frontal com a burguesia e o seu Estado. Vimos isto com a pandemia e com o negócio das vacinas da forma mais mórbida e explícita: para salvar os lucros do grande capital foram sacrificadas milhões de vidas em todo o mundo. Vimos ainda a atuação de incontáveis governos social-democratas durante a crise sanitária, que foi idêntica, nos seus traços fundamentais, à de governos das mais variadas cores. É assim porque a tentativa de conciliar os interesses dos trabalhadores e dos patrões resulta necessariamente num reconhecimento do direito à propriedade privada e à exploração do trabalho alheio, mesmo quando respeitar esse direito significa a morte de milhares de pessoas.

O horizonte estratégico da esquerda não pode ser o da conquista do poder dentro das instituições burguesas. Julgar que um grupo de homens e mulheres bem-intencionados podem tomar as rédeas do governo e gerir o capitalismo de forma mais humana, progressista e ecológica não é só um engano, é uma utopia reacionária com um altíssimo preço para a classe trabalhadora. O capitalismo e o Estado capitalista não podem ser usados a nosso favor, só servem para garantir a acumulação e concentração de capital.

... a única via é a luta revolucionária!

As eleições legislativas portuguesas realizam-se num momento crítico. A nova crise capitalista rebentou antes de o sistema ter recuperado o equilíbrio interno que foi tão abalado pela Grande Recessão de 2008. Internacionalmente, a classe dominante enfrenta aquele que é o reflexo inevitável da crise económica que afoga centenas de milhões de pessoas na miséria: a crise política ou, mais precisamente, a crise das formas de dominação burguesa vigentes. A credibilidade das instituições encontra-se cada vez mais debilitada e todo o sistema é questionado, especialmente pela nova geração de trabalhadores. Os movimentos de massas, as sublevações e até as crises revolucionárias que estalam sucessivamente e por todo o globo são a demonstração disto — vimos exemplos no Chile, no Equador, no Sudão, na Argélia, no Iraque, nos próprios EUA e, desde o início deste ano, também no Cazaquistão. A classe trabalhadora e a juventude levantam-se com a maior coragem e determinação contra este sistema podre.

Portugal é atravessado por todas as contradições que atravessam o resto do mundo. O número de mortes com covid-19 ascende a 20.000 e os últimos dados do INE apontam para cerca de 1,9 milhões de pobres, com mais de 500.000 trabalhadores empregados a viver abaixo daquilo que o próprio INE define como limiar da pobreza. Vivemos hoje em condições piores do que em 2008. As empresas do PSI-20, por outro lado, celebram gigantescos lucros que essa mesma miséria e morte tornaram possíveis.

Perante isto, as eleições não podem, de maneira nenhuma, ser usadas para apaziguar as lutas ou manter os trabalhadores e os jovens em compasso de espera. Quando os dirigentes sindicais e políticos da classe trabalhadora atuam desta forma estão já a fazer uma escolha a favor da conciliação de classes. As eleições, o parlamento e as restantes instituições não são o campo para a transformação da realidade. É nas ruas que se faz a luta, e só sujeitando a campanha eleitoral a um programa verdadeiramente socialista e revolucionário é que podemos não só conquistar melhorias para a nossa vida como transformar radicalmente a sociedade!

O movimento da mulher, os movimentos contra o racismo e contra a destruição do planeta, o movimento pela libertação das pessoas LGBTI, as maiores e mais importantes greves dos últimos anos, bem como os choques e lutas laborais que se espalham e dão um pouco por todo o país mostram o caminho a seguir.

Há que romper definitivamente com a política do PS e apresentar um programa alternativo e genuinamente socialista, uma declaração de guerra aos capitalistas e ao seu sistema!

- Subida do salário mínimo para 1.200 euros, assim como das pensões e do subsídio de desemprego para o mesmo valor.
- Fim da precariedade! Contratação coletiva em todas as empresas, revogação imediata de todas as contra-reformas do código laboral e limitação da semana de trabalho a 30 horas para o setor público e para o setor privado, garantindo centenas de milhares de novos postos de trabalho dignos.
- Expropriação dos fundos imobiliários e investimento público massivo na habitação, com a criação de um parque de habitação pública de qualidade e com rendas acessíveis destinadas à manutenção e desenvolvimento da habitação pública.
- Construção de uma rede nacional, pública, gratuita e de qualidade de creches e infantários, lavandarias e refeitórios.
- Nacionalização sob controlo dos trabalhadores e integração de todas as empresas de saúde privadas num Serviço Nacional de Saúde gratuito, universal e de qualidade. Investimento público massivo, construção de infraestruturas e contratação de trabalhadores para o SNS.
- Nacionalização sob controlo dos trabalhadores de todo o setor da educação, estabelecendo o acesso universal e gratuito a uma educação de qualidade e inclusiva.
- Nacionalização de todo o setor da energia sob controlo dos trabalhadores e estabelecimento de preços acessíveis que se destinem não ao lucro, mas à manutenção e desenvolvimento da rede de energia e à transição energética no menor espaço de tempo possível.
- Expropriação e nacionalização das grandes propriedades agrícolas sob controlo dos trabalhadores, pondo um fim às condições de trabalho análogas à escravatura entre os trabalhadores agrícolas! Planificação da produção agrícola industrializada e ecologicamente sustentável.
- Expropriação, nacionalização e centralização de toda a banca sob controlo dos trabalhadores, sem indemnização. A riqueza produzida pela nossa classe tem de ser colocada ao serviço da vasta maioria da população e não de um punhado de banqueiros que lucra com a nossa miséria.
- Nacionalização sob controlo dos trabalhadores de todos os restantes setores chave da economia, como as águas, os transportes, os portos e aeroportos e os correios.

ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

@esquerdarevolucionaria.centelha @esqrevpt @EsqRevPT

O grande jogo do imperialismo ocidental na Ucrânia revela a sua debilidade

Juana Cobo
Comissão Executiva da *Izquierda Revolucionaria* • Estado Espanhol

Trinta anos após a queda da URSS, a situação na Europa de Leste volta a concentrar a atenção do mundo e mostra as fragilidades do imperialismo estado-unidense e dos seus aliados europeus. Se, em 1991, o colapso dos regimes stalinistas e a restauração capitalista no chamado bloco soviético resultaram num triunfo absoluto de Washington, três décadas depois, os avanços espetaculares da China no plano económico e militar e a recuperação da Rússia como uma potência de primeira ordem, alteraram profundamente as relações internacionais.

Em poucos meses, assistimos a um duro choque entre a Polónia e a Bielorrússia, com os refugiados a servir de bodes expiatórios na batalha. A hipocrisia da União Europeia, que continua a justificar as suas leis racistas e o seu discurso anti-imigração, tem sido especialmente repugnante — como explicamos na nossa última declaração. Agora, a situação tornou-se ainda mais tensa devido à escalada do confronto entre a Ucrânia e a Rússia, que envolve a mobilização de um grande número de tropas na fronteira.

Isto não significa que uma guerra aberta entre a Ucrânia e a Rússia seja certa. Um confronto bélico entre os dois países abriria um cenário de consequências imprevisíveis. Nesta nova "guerra fria" é importante considerar os interesses em jogo e não se deixar deslumbrar pelas aparências. Os EUA estão a utilizar o regime reacionário ucraniano, como fizeram no passado, para acelerar a sua luta contra a Rússia e fazer um sério alerta à China. Mas as suas reivindicações de incluir Kiev na NATO e transformar a Ucrânia na sua ponta-de-lança contra o regime de Putin receberam uma resposta enérgica.

A Rússia irrompe no xadrez mundial

Para uma parte considerável da esquerda herdeira do stalinismo, o conflito atual resume-se a meras considerações de geopolítica. Putin é apresentado como a continuação da URSS e é retratado como um nacionalista disposto a resistir ao ataque ocidental e que merece ser apoiado incondicionalmente, sem qualquer crítica. Mas a realidade está longe desta imagem evocatória e simplista. O regime de Putin responde aos interesses da oligarquia capitalista russa que — sobre as ruínas da propriedade nacionalizada, o saque dos bens da URSS e o roubo do povo soviético — ascendeu à cabeça de um sistema selvagem de capitalismo.

Putin não é nenhum fator progressista, nem lidera um governo a favor dos interesses dos trabalhadores e oprimidos do mundo. A Rússia capitalista de hoje, com a águia bicéfala da bandeira czarista restaurada, é uma potência imperialista que manobra no cenário internacional para garantir os privilégios e negócios da classe dominante e de uma plutocracia ligada ao complexo militar-industrial.

Dito isto, seria de uma ingenuidade vergonhosa engolir a propaganda ocidental que apresenta os EUA e a UE como garantes da democracia e da liberdade da Ucrânia face aos anseios expansionistas da Rússia. Não. A luta que se trava neste momento na fronteira entre a Ucrânia e a Rússia faz parte de outra luta, muito maior, pela hegemonia mundial.

Nos últimos anos, o avanço da Rússia é indiscutível. A guerra da Geórgia foi um ponto de inflexão para o Kremlin, e a anexação da Crimeia, em 2014, foi uma demonstração clara desta mudança. A partir daí, as intervenções militares na Líbia e na Síria mostraram que a Rússia está de volta ao quadro internacional com forças renovadas. A sua intervenção nos assuntos mundiais tem crescido lado a lado com a da China. Em África, tem conquistado posições, país após país: em outubro de 2019, realizou-se a primeira cimeira russo-africana, na qual foram assinados contratos de 11,3 mil milhões de euros com 40 países do continente, e a presença militar russa é tão vasta que já provocou a denúncia histérica da CIA e do Departamento de Estado. Países como o Mali assinaram acordos de assistência militar com a Rússia para enfrentar o avanço das milícias jihadistas.

Nos últimos meses, a Rússia realizou manobras militares conjuntas com a China, Bielorrússia, Tajiquistão, Usbequistão, Abecásia, Arménia, Índia, Paquistão, Cazaquistão, Egito, Ossétia do Sul e, pela primeira vez, também com a Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla original), que inclui dez países do sudeste asiático. O regime de Putin conseguiu assinar um acordo de cooperação técnico-militar com a Índia, forte aliada dos Estados Unidos, até 2031. A Índia fabricará 500 mil espingardas AK-203 russas e realizará exercícios militares com a Rússia. Atualmente, os investimentos da Rússia na Índia somam cerca de 38 mil milhões de dólares e o comércio bilateral aumentou 38% no último período. Além disto, e apesar do veto estado-unidense, a Índia acabou por comprar os mísseis terra-ar russos S-400.

Na Europa, a construção do gasoduto *Nord Stream* 2, que permitirá o envio de gás da Rússia para a Alemanha sem passar pela Ucrânia, tem sido outro importante ponto de atrito entre os imperialismos ocidental e russo. Além de trazer grandes benefícios para a Rússia, este acordo será um golpe para a Ucrânia, que será privada de milhares de milhões de dólares em tarifas que deixará de poder cobrar. Por enquanto, a Alemanha suspendeu a operação no gasoduto devido à pressão dos Estados Unidos, algo que gerou grande clamor pela extrema dependência do gás russo na qual se encontra a Europa Ocidental. Mas os interesses económicos dos grandes monopólios europeus, que precisam de garantir o fluxo desta matéria-prima essencial, e do próprio governo alemão, que precisa de abastecer o seu mercado interno, acabarão por sobrepor-se às exigências de Washington.

Movimentos de tropas num cenário cada vez mais crítico

Em 2021, o AUKUS — o tratado de defesa entre o Reino Unido, a Austrália e os Estados Unidos no Pacífico — foi assinado numa clara provocação face à China. Mais ainda, o imperialismo dos EUA e seus parceiros da NATO realizaram as maiores manobras militares no Mar Negro desde a dissolução da URSS. Despacharam navios de guerra, sobrevoaram o espaço aéreo russo e enviaram milhares de soldados para os países bálticos e para a Polónia.

Pelo seu lado, a Rússia e a China, longe de retrocederem, responderam contundentemente. Em outubro, conduziram conjuntamente a sua primeira patrulha marítima nas águas do Pacífico. A operação, que incluiu exercícios anti-submarinos e simulações de fogo real, envolveu dez navios de guerra que passaram sete dias a navegar no Mar do Japão, no Pacífico Ocidental e no Mar da China Oriental.

Além disto, na nova corrida armamentista que se está a desenvolver com as armas hipersónicas, não só a China e a Rússia realizaram testes com sucesso, como a Rússia está agora pronta para armar os seus navios de guerra com este tipo de míssil de cruzeiro. Entretanto, os testes realizados pelo imperialismo estado-unidense foram um fiasco completo.

É neste contexto que devemos situar a escalada militar entre a Ucrânia e a Rússia. O governo ucraniano posicionou quase 10.000 soldados na fronteira com a Rússia, mas Putin respondeu mobilizando dezenas de milhares de soldados russos. É claro que o regime de Putin não se deixará intimidar por uma intervenção ocidental que procura cercar o seu território com cabeças-de-ponte armadas até os dentes. É como se os Estados Unidos permitissem que a China ou a Rússia implantassem bases militares em território canadiano ou mexicano. Como responderia o governo de Joe Biden?

Ucrânia, os fascistas e a guerra do Donbass

Em 2013, o imperialismo estado-unidense manobrou para uma mudança de regime na Ucrânia, com as suas habituais intrigas. Aproveitando o descontentamento popular contra o regime capitalista do presidente pró-russo, Viktor Yanukovych, os EUA financiaram e armaram grupos paramilitares de extrema-direita no movimento Euromaidan. Após semanas de extrema violência, os EUA e a UE conseguiram derrubar Yanukovych e substituí-lo por um sipaio da sua confiança, o empresário Petro Poroshenko, que abriu as portas do país ao FMI e aos seus planos de austeridade. O nível de vida colapsou e os direitos democráticos foram espezinhados com a ajuda de bandos fascistas incorporados na polícia e no exército ucraniano.

Uma das consequências dos atos do imperialismo estado-unidense em 2013 foi a guerra no Donbass. Segundo a ONU, o conflito militar já causou mais de 13.000 mortes, mais de 30.000 feridos, 1,4 milhões de deslocados, e 3,4 milhões de pessoas dependem hoje de algum tipo de ajuda humanitária para sobreviver. A esmagadora maioria da população em Donetsk e Luhansk é de etnia russa, tal como na Crimeia. Estas duas regiões concentram a maior parte da indústria e mineração ucranianas, e foi precisamente a numerosa classe trabalhadora desta região que jogou um papel decisivo para derrotar o Euromaidan e os grupos fascistas na região. O resultado da sublevação popular foi o nascimento da República Popular de Donetsk e da República Popular de Luhansk.

Contudo, a ausência de uma direção revolucionária e a posição errada do Partido Comunista Ucraniano — que tinha a sua principal base de apoio nesta região e preferiu colaborar com os oligarcas do Donbass ao invés de apoiar a luta revolucionária dos trabalhadores com um programa genuinamente comunista e internacionalista —, deixou o caminho aberto a todos os tipos de elementos nacionalistas pró-russos, com ideias anti-semitas ou mesmo fascistas, que apenas procuram defender os seus privilégios. E apesar da sua retórica, os governos destas "repúblicas populares" tornaram-se meras camarilhas obedientes aos interesses do grande capital russo.

Hipocrisia imperialista

Oito anos após os acontecimentos do Euromaidan, o bando de oligarcas de Viktor Yanukovych foi substituído por outro, e o saque da Ucrânia continuou. Em outubro de 2019, Volodymyr Zelensky, comediante de televisão, venceu as eleições com uma campanha mais afastada da histeria patriótica e do nacionalismo do seu antecessor, prometendo crescimento económico, democracia e melhores condições de vida. Mas tão-somente dois anos se passaram e já a insatisfação com Zelensky é enorme.

A guerra na região do Donbass, longe de terminar, intensificou-se e consome a cada ano milhares de milhões de euros de uma economia muito debilitada. De acordo com algumas fontes, absorve mais de 20% do PIB ucraniano. Outra causa de descontentamento é a gestão criminosa da pandemia: segundo dados oficiais, mais de 89.000 pessoas morreram, mas algumas fontes colocam o número acima de 120.000. Mais de dois milhões de pessoas foram infectadas e apenas 21% da população está vacinada. A resistência à vacinação, como na maioria dos países, é promovida pela extrema-direita e, no caso ucraniano, também pelo clero ortodoxo.

Em outubro, a taxa de aprovação de Zelensky caiu para 24,7%. Este é precisamente um dos fatores da viragem radical tanto na sua política interna quanto externa, recorrendo, tal como o seu predecessor, ao patriotismo e nacionalismo mais reacionários. Em fevereiro passado, anunciou a sua intenção de recuperar a península da Crimeia, que foi anexada militar e politicamente pela Rússia após um referendo, em 2014. Desde então, fez todos os possíveis para pôr um fim ao cumprimento dos Acordos de Minsk, que sancionavam o autogoverno dos dois territórios que constituem a região de Donbass, as repúblicas de Donetsk e Luhansk. Tampouco respeitou qualquer um dos cessar-fogos e continuou com ataques militares e atos terroristas contra a população do leste da Ucrânia.

O governo ucraniano, tal como o governo polaco no seu confronto com a Bielorrússia, tem o apoio e a aprovação de Washington e da UE, que apoiaram cada uma das suas decisões. Os dois pesos e duas medidas dos parceiros da NATO são evidentes em todas as suas ações: acusam a Rússia de planear uma invasão quando se dedicam a armar até aos dentes o exército ucraniano.

A atitude beligerante e as constantes provocações do governo Biden à Rússia também não podem ser entendidas separadamente da profunda crise do capitalismo estado-unidense. São uma economia debilitada, que subsiste graças à exploração brutal da sua força de trabalho, com um mercado de ações sobrevalorizado e enormes injeções de dinheiro fornecidas pela Federal Reserve. Depois do fiasco da presidência de Donald Trump, agora Joe Biden e o seu governo tentam reconquistar a hegemonia mundial perdida, recorrendo ao militarismo e à ameaça de guerra. O facto de ter aprovado o maior orçamento militar da história, 777,7 mil milhões de dólares, mais de três vezes o da China, é prova incontestável disso mesmo.

Uma guerra entre a Ucrânia e a Rússia dificilmente se produzirá neste momento. A carnificina que isso iria desencadear, não só entre as tropas em combate, mas também entre a população civil, abriria uma crise política de consequências incalculáveis em ambos os países. Também afetaria diretamente a estabilidade europeia, desencadeando um grande movimento anti-guerra num momento de grave crise social e económica. Mas o facto de esta escalada não se traduzir numa guerra selvagem como aquela que varreu a Síria, o Iraque ou o Afeganistão, não significa que a ameaça de um conflito armado em grande escala tenha desaparecido.

A luta da classe trabalhadora por cima de quaisquer fronteiras, com um programa de classe, comunista e internacionalista, é a única forma de prevenir novos massacres imperialistas e acabar com o caos capitalista. Entender o que está em jogo e não cair na armadilha da propaganda burguesa é o primeiro passo neste sentido.

Uma mobilização histórica da classe trabalhadora e da juventude derrota a extrema-direita e leva Boric à presidência do Chile.

Miguel Campos
Esquerda Revolucionária
Internacional • Estado espanhol

No domingo, 19 de dezembro, Gabriel Boric, candidato da coligação de esquerda *Apruebo Dignidad,* formada pelo *Frente Amplio* (FA) e pelo Partido Comunista do Chile (PCCh), conquistou a presidência do Chile com 4.620.671 votos, 55,87%.

A classe trabalhadora e a juventude chilena protagonizaram mais uma vez uma mobilização espetacular nas urnas, tornando possível o maior resultado obtido por qualquer presidente na história do país.

Boric impôs uma derrota retumbante ao candidato da extrema-direita, José Antonio Kast, que teve 3.649.647 votos, 44,13%. Com a maior participação desde que o voto deixou de ser obrigatório, 55,65%, o candidato da esquerda vence por 11,7 pontos percentuais e quase um milhão de votos de diferença, vencendo em 11 das 16 regiões e em 9 das 11 cidades mais populosas do país — em seis delas, com mais de 60% dos votos. Resultados que mostram a tremenda força da mobilização dos trabalhadores e do povo.

Um duríssimo golpe para a classe dominante

Estes resultados foram recebidos com uma explosão de euforia. Centenas de milhares de pessoas inundaram as ruas de Santiago assim que se deu a notícia do triunfo, num clima de emoção e confiança nas suas próprias forças, semelhante ao da histórica vitória de Salvador Allende e da Unidade Popular, em 1970. Tal como em 1970, esta não foi apenas mais uma eleição. Foi uma jornada eleitoral chave após a eclosão do processo revolucionário, em outubro de 2019, e a classe dominante enfrentou-o como se de um plebiscito contra o "comunismo" se tratasse.

Kast, durante a campanha, não deixou de apelar à "maioria silenciosa" para recuperar "a ordem e a estabilidade" e para acabar com o "caos" e o "radicalismo" que "se apoderaram do país" desde o levantamento popular de há dois anos. Apesar da sua tentativa de vestir pele de cordeiro na segunda volta, as intenções e o programa do candidato de extrema-direita e dos setores da classe dominante que o apoiam não poderiam ser mais claros: intensificar a repressão contra as lutas sociais e de trabalhadores, dando carta branca ao poder executivo e aos comandantes da polícia para realizar escutas telefónicas, detenções e operações contra qualquer atividade que considerem terrorista ou perigosa; militarizar os territórios do povo mapuche para acabar pela via repressiva com as ocupações de terras e com os protestos contra o saque de terras levado a cabo pelos terratenentes, pelas multinacionais e empresas florestais; aplicar uma legislação racista contra a imigração, avançar com deportações em massa e, acima de tudo, blindar os lucros do patronato e da oligarquia, garantindo as leis de precarização e extorsão da classe trabalhadora, assim como a privatização dos serviços públicos essenciais.

Milhões de jovens, trabalhadores e trabalhadoras compreenderam o que estava em jogo e mobilizaram-se para, como um só punho, golpear a contra-revolução. É indiscutível que a correlação de forças para levar a cabo uma política que rompa com a lógica capitalista e promova transformações profundas e radicais é excecionalmente favorável. Estes resultados, tal como a luta travada nos últimos anos pelos oprimidos no Chile, deitam por terra todos os argumentos dos céticos e teóricos do "refluxo permanente", esses cobardes que passam o tempo todo a justificar renúncias e capitulações.

A classe dominante também entendeu o significado desta batalha e da força demonstrada pelas massas. Os capitalistas não se contentam com os discursos de Boric apelando à calma e comprometendo-se em procurar o diálogo. Em poucas horas, a bolsa caiu 8%, subiu a cotação do dólar e intensificou-se a ameaça de fuga de capitais e investimentos caso o governo aprove qualquer medida que questione os interesses dos capitalistas.

Consciência de classe e determinação na luta

Os resultados de 19 de dezembro foram uma bofetada na cara dos dirigentes social-democratas e intelectuais pequeno-burgueses que, lá das suas confortáveis cátedras universitárias e parlamentares, pontificavam, depois da primeira volta, uma viragem à direita da classe trabalhadora chilena.

O discurso racista, machista e LGTBIfóbico de Kast foi derrotado sem reservas, mesmo nas regiões que serviram de exemplo dessa suposta viragem à direita. Boric arrasou com 60% na cidade mineira de Antofagasta — onde o direitista Parisi ganhou na primeira volta, aproveitando-se da alta abstenção e punição do Partido Socialista (PS) —, e venceu em 4 das 5 regiões do norte mineiro, onde a campanha anti-imigração da extrema direita foi mais intensa.

Como explicamos no nosso artigo de balanço da primeira volta, a chave para estas eleições não era ganhar o suposto voto do centro, mas sim recuperar, nas ruas, a mobilização daqueles milhões de trabalhadores e jovens que foram os protagonistas da insurreição de outubro de 2019, sofreram a repressão do regime assassino de Piñera e votaram massivamente à esquerda no plebiscito e nas eleições constituintes. Muitos destes trabalhadores, defraudados por meses de discursos que pediam moderação e paciência, e por debates na Assembleia Constituinte dominada por uma esquerda sem respostas concretas às suas reivindicações, abstiveram-se na primeira volta das eleições presidenciais. Foram estes setores que, no momento decisivo, mais uma vez se mobilizaram em massa para derrotar a extrema-direita.

A participação nas comunas (municípios) pobres subiu de 40 ou 35% para 50 ou 55%. Em Puente Alto, a comuna mais populosa do país, no sul do Distrito Metropolitano de Santiago, Boric obteve 70% de apoio, contra 29% de Kast. No Grande Santiago, que com 6.254.314 habitantes concentra um terço da população chilena, Boric recebeu 60%, com percentagens que, no caso das comunas mais proletárias, chegam a 73%, 74% e 75%. Em Valparaíso, cidade industrial e portuária com grande tradição de luta, ultrapassou os 65%.

Estes resultados confirmam que a chave para a vitória de Kast na primeira volta não foi o medo de que a esquerda fosse longe demais e propusesse propostas muito radicais — como afirmavam interessadamente os líderes do PS e outros analistas burgueses e pequeno-burgueses. Muito pelo contrário!

A renúncia de Boric a muitas reivindicações que mobilizaram as massas durante a insurreição de 2019, a sua assinatura do acordo pela paz social e a sua aceitação das regras do capitalismo impediram-no de se ligar com centenas de milhares de pessoas na primeira volta para mobilizá-las. Se isso mudou na segunda volta, foi apenas porque a possibilidade de um declarado contra-revolucionário e pinochetista como Kast se tornar presidente funcionou como o chicote da contra-revolução, eletrificando e estimulando as massas.

Os meios de comunicação encheram-se de análises que atribuíam a vitória de Boric à sua "moderação" e ao apoio dos dirigentes podres do PS ou da Democracia Cristiana (DC). Nada poderia estar mais longe da verdade! Onde o apoio a Boric mais cresce é precisamente onde o PS e sua coligação com a DC e outros partidos burgueses, o Nuevo Pacto Social, teve resultados piores na primeira volta: os bairros de trabalhadores da Grande Santiago e de outras grandes cidades, e as regiões mineiras do norte, onde essas formações reduziram o seu apoio a menos de 10%.

Uma nova fase na luta de classes

A impressionante resposta dos oprimidos e oprimidas frustrou os planos de um setor maioritário da oligarquia chilena que, temendo que a Assembleia Constituinte e o esforço dos líderes de esquerda não fosse suficiente para continuar a conter a mobilização popular, optou por Kast para agrupar e mobilizar à direita as camadas mais desesperadas e radicalizadas da pequena-burguesia, tentar arrastar setores desmoralizados das massas populares e partir para a ofensiva contra-revolucionária.

Isto obriga toda a classe dominante a continuar a basear-se, pelo menos por enquanto, no controlo que tem sobre o parlamento e sobre uma terça parte da convenção encarregada de redigir a nova constituição, conseguindo fazer um bloqueio com os votos da direita piñerista, dos partidos burgueses como o Partido Liberal e a DC, e dos próprios dirigentes do PS.

À burguesia, não resta outra escolha senão tentar manobrar para impor o seu programa através dos atos. Já está a pressionar para que o governo Boric inclua figuras do PS, de forma a garantir que as decisões substantivas do novo Executivo não colocam em causa os interesses do poder vigente. De qualquer forma, é inevitável que os milhões que protagonizaram esta viragem nas urnas dêem uma margem de confiança a Boric e esperem resultados. Mas o ponto principal é que as eleições demonstraram o poder das massas em luta, deram-lhes mais confiança nas suas próprias forças e tornaram-nas mais conscientes do seu enorme poder na batalha contra a reação. Se Boric renunciar a aplicar políticas transformadoras e a enfrentar os poderes económicos e militares, se tentar um consenso impossível, não tardará muito a deparar-se com uma resposta da sua própria base social.

Levantar uma alternativa revolucionária para transformar a sociedade

Embora a reação tenha sido derrotada nesta primeira batalha, não foi nem pouco mais ou menos definitivamente esmagada. Com Kast ou outra figura qualquer, a burguesia não hesitará em aproveitar o desgaste do governo de esquerda e qualquer oportunidade para mobilizar os seus pontos de apoio. Uma das bandeiras de Kast para alimentar a sua base contra-revolucionária é o preconceito racial e a criminalização contra os imigrantes e o povo mapuche numa tentativa de dividir as massas.

Em quatro das cinco regiões onde vence, e nas únicas duas grandes cidades onde também vence, a brutal campanha de ataques contra os mapuches tem um peso decisivo. No entanto, as condições para unificar a luta pelo pleno reconhecimento dos seus direitos democrático-nacionais, terras, cultura e língua com os do resto dos oprimidos e oprimidas são mais favoráveis hoje do que noutras ocasiões.

Duas medidas que os milhões que votaram em Boric esperam que ele aplique imediatamente são suspender a militarização de quatro províncias com presença mapuche — decretada por Piñera e que Kast exigiu estender a outros territórios — e decretar a amnistia imediata de centenas de presos políticos que permanecem encarcerados. Ligada a isto está também a reivindicação de purgar e punir a hierarquia policial e militar e de dissolver os carabineros, responsáveis pela repressão sangrenta das lutas sociais.

Estas medidas democráticas devem ser acompanhadas de um programa amplo e ambicioso para resolver os problemas de uma população que não pode esperar mais. As lições da Unidad Popular, de 1970-73, estão muito presentes na situação atual. Boric e o Partido Comunista têm uma enorme responsabilidade histórica. Podem conformar-se com a função de gestores de um sistema em crise, mas, se escolherem esse caminho, serão varridos pela pressão dos capitalistas e, como já vimos tantas vezes, entrarão no campo da autojustificação, culpando pelos seus próprios erros a mesma classe trabalhadora que os levou à presidência.

Têm outra opção, outro caminho, que não é fácil, mas que é o único possível para cumprir o mandato do povo: apoiar-se na força desses milhões de votos e mobilizar trabalhadores e jovens para levar a cabo uma política de medidas socialistas enérgicas, começando pela nacionalização dos bancos, das grandes empresas e da terra sob a gestão direta e democrática dos trabalhadores. Isso permitiria planear a economia para atender às necessidades sociais, realizando medidas como a eliminação das empresas privadas de pensões (as Administradoras de Fondos de Pensiones, AFP) e a criação de um sistema público de pensões capaz de garantir uma reforma digna; permitiria aplicar um plano de choque contra a pandemia, avançar com o desenvolvimento da saúde e da educação públicas, dignas, gratuitas e universais.

Mais ainda, colocando os enormes recursos da nação nas mãos do povo, poder-se-ia levar a cabo um verdadeiro combate à pobreza e à precariedade, por salários e condições de trabalho dignos e uma verdadeira reforma agrária que devolvesse as terras e garantisse as condições de vida dignas aos mapuches e demais povos originários, acabasse com a sua exclusão social e reconhecesse todos os seus direitos democráticos-nacionais, a sua língua e identidade cultural.

A pressão da burguesia para que Boric faça o mesmo que os anteriores governos do PS será brutal. A tarefa da esquerda combativa é participar na linha de frente da luta contra a direita e a extrema-direita, erguendo uma alternativa revolucionária, rompendo com as conceções etapistas que preferem o chamado processo constituinte à luta pela transformação socialista da sociedade. A vitória de Boric é fruto da luta revolucionária de milhões, mas esta nova fase só pode trazer a vitória definitiva se o poder real passar para as mãos dos trabalhadores.

BASTA DE PAZ SOCIAL: OS DIREITOS DAS MULHERES CONQUISTAM-SE NA LUTA!

O governo de António Costa foi apresentado como o governo mais à esquerda da democracia portuguesa. A medida que nos é vendida como o maior passo para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores é o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) para 705 euros. Na verdade, qualquer trabalhador a receber o SMN sabe perfeitamente que este salário não permite uma vida digna. Isto porque o aumento tem sido ultrapassado pelo aumento dos preços da eletricidade e combustíveis, das rendas e dos bens essenciais.

Quando foi necessário defender os lucros, o governo não olhou a meios. Desde as requisições civis contra as greves dos estivadores, enfermeiros e motoristas de matérias perigosas às injeções de dinheiro na EDP sob o pretexto de ajudar à transição para as energias renováveis, passando pelo pagamento do lay-off a milhares de outras empresas privadas e pela transferência de milhares de milhões de euros para a saúde privada durante a pandemia, os exemplos são infindáveis. Isto enquanto a saúde pública continua subfinanciada. A todas estas ajudas ao capital, junta-se ainda a repressão da juventude negra que protesta contra o racismo e a violência policial, a proteção de polícias racistas e de juízes machistas… A lista de ataques à nossa classe é extensa e sabemos que a burguesia exigirá mais e maiores ataques com o acirrar da crise económica.

A precariedade continua a ser o pão nosso de cada dia, as contra-reformas no código laboral, as privatizações, a maioria das medidas de austeridade e cortes sociais implementados durante o período da Troika não foram revertidos. As nossas condições de vida deixam claro que o governo PS não governou para nós, trabalhadores, mas sim para a burguesia.

A pandemia veio acelerar a crise económica e deixou a descoberto a cruel opressão e exploração que enfrentamos enquanto classe trabalhadora. Os dados oficiais indicam que entre 750 a 820 mil trabalhadores vivem com o SMN, e 20% da população em Portugal está em risco de pobreza. Esta situação é o ambiente perfeito para que se dê um aumento de todos os tipos de violência contra a mulher.

A mulher trabalhadora sofre as mais duras consequências da crise do capitalismo

As mulheres de classe trabalhadora, como em todas as crises, têm sido as mais afetadas. Com as restrições impostas em consequência da pandemia, vimos acirrar a opressão e exploração que sofremos diariamente.

As mulheres recebem o SMN num maior número de casos e são a maioria da força de trabalho em vários dos setores menos qualificados: limpeza industrial, serviços domésticos, cuidados, supermercados, hotelaria e restauração, etc. Em 2020, as mulheres eram ainda 73% de todos os trabalhadores não-qualificados. Segundo dados oficiais, cerca de um terço das mulheres empregadas recebem o SMN — para os homens, o número é 21%. E dados de 2018 demonstram que cerca de 97,5% dos trabalhadores do sector de serviços domésticos são mulheres — um sector no qual as mulheres negras e imigrantes estão também sobre-representadas. Por tudo isto, as mulheres estão mais vulneráveis aos impactos da crise.

Um estudo divulgado pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género demonstra que, em toda a União Europeia, 2,2 milhões de mulheres perderam os seus postos de trabalho na primeira vaga de covid-19 — Portugal foi o quinto país com maior perda de trabalho feminino. Em maio deste ano, das 7.900 pessoas que estavam em lay-off, 60% eram mulheres, recebendo em média menos de 400 euros — ou seja, abaixo do atual limiar da pobreza (540 euros).

Um relatório da Comissão Europeia salienta ainda que o combate à pandemia tem vindo a ser protagonizado pelas mulheres. Somos 76% da força de trabalho no sector da saúde. Em Portugal, o SNS é mantido a funcionar principalmente por trabalhadoras. Na enfermagem, por exemplo, as mulheres são 80% da força de trabalho. Outro estudo, desenvolvido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, acompanhou 436 trabalhadoras das limpezas — entre novembro de 2020 e maio de 2021 — e indicou que mais de 60% das mulheres se sentiam constantemente agitadas e cerca de 22% sofreram ataques de pânico.

A desigualdade também se vive em casa. Num estudo realizado em 38 países pelas Nações Unidas, 60% das mulheres entrevistadas afirmavam ter passado por um aumento das tarefas domésticas durante a pandemia. O cuidado dos filhos, das lides domésticas e de outros familiares dependentes ou idosos aumentou. Em Portugal, um estudo desenvolvido pela Comissão para a Igualdade da CGTP demonstra que 78% das mulheres trabalhadoras fazem uma hora ou mais de trabalho doméstico por dia, comparativamente a apenas 19% dos homens. O facto de carregarem o fardo das tarefas domésticas significa que as mulheres trabalham menos de forma remunerada ao longo da vida e têm pensões mais baixas. 69% de todos os pensionistas com pensões até 438,81€ — novamente abaixo do limiar da pobreza — são mulheres.

Por fim, a pandemia obrigou várias mulheres ao confinamento com os seus agressores. Em 2020, cerca de 8 mil mulheres fizeram denúncias de violência doméstica à APAV, sendo que 54% dessas agressões ocorreram em residência comum com o agressor, que na maioria das vezes era o companheiro. Em 2021, foram assassinadas 23 mulheres, 13 delas às mãos de parceiros ou ex-parceiros. Muitas das vítimas, quando conseguem apresentar queixas contra os seus agressores, vêem os abusos serem menosprezados pela polícia e pelos tribunais.

Toda esta violência não acontece por acaso. A opressão da mulher é um pilar indispensável para o funcionamento do capitalismo. Para tentar dividir a nossa classe e dificultar a nossa organização.

O projeto de legalização da exploração sexual

Na atual fase de decadência do sistema, os capitalistas procuram mais possibilidades de lucro. Como em todas as crises capitalistas, a exploração sexual das mulheres espalha-se e aprofunda-se. Em Portugal, o capital do turismo, o sector mais afetado pela crise, olha para esta catástrofe social como uma oportunidade para avançar com a legalização do proxenetismo. Com o setor turístico em recessão, o turismo sexual apresenta-se como uma solução para manter os lucros.

Portugal é um país ideal para os capitalistas da prostituição avançarem com este plano. É um destino fácil para o tráfico de mulheres da América Latina, África, Ásia e Europa de Leste, para além de ser já um país de passagem de tráfico para outros países europeus. E, acima de tudo, Portugal é um país com uma catástrofe social que permite a rápida expansão da prostituição entre a miséria de centenas de milhares de mulheres da classe trabalhadora.

Assim se compreendem as tentativas de legalização do proxenetismo, como a defendida pela proxeneta Ana Loureiro, e a crescente defesa da legalização do proxenetismo por parte de uma importante ala do PS — demonstrada claramente pela recente moção da JS sobre o tema. A legalização do proxenetismo, longe de garantir direitos laborais para as mulheres prostituídas, garante uma cobertura legal para os negócios dos proxenetas e traficantes, dá condições para uma expansão explosiva do sector e, portanto, para um aumento dos lucros conseguidos através da exploração sexual de milhões de mulheres e meninas.

Basta de paz social: só a luta pode melhorar as nossas vidas!

Portugal não é exceção à polarização social que vemos a nível internacional. O crescimento das manifestações do 8 de Março demonstra isto. O movimento feminista é um veículo para as mulheres de classe trabalhadora e a juventude não só demonstrarem a sua raiva como lutarem contra todas as formas de violência machista e LGBTIfóbica.

O potencial revolucionário do movimento é imenso. Em vez de confiar nas instituições e atuar através do parlamento, as direções da esquerda devem virar-se para movimentos como este e usar todos os seus meios para mobilizar e organizar a juventude e os trabalhadores com um programa de luta continuado e consequente. Para isto, BE, PCP e CGTP têm de romper com a política de unidade nacional, de parlamentarismo, de negociações, manobras e aproximações do PS. Tudo o que foi conseguido com a política seguida até aqui foi a degradação das condições de vida da classe trabalhadora e um aumento da violência machista.

É preciso levantar um programa que tenha muito claro que a luta da mulher trabalhadora é inseparável da luta de toda a classe trabalhadora. O aumento do SMN para 1.200 euros, a criação de uma rede de habitação pública com rendas acessíveis, um investimento massivo no SNS e na educação pública, bem como um plano de socialização do trabalho doméstico com a construção de creches, lavandarias, cantinas e todos os serviços necessários, também públicos e gratuitos, são o único caminho para garantir uma vida digna para as mulheres trabalhadoras.

Não há outra forma de nos libertarmos da pobreza e da dependência económica dos nossos agressores, de nos libertarmos do fardo do trabalho doméstico e do aprisionamento nas nossas próprias casas — de garantirmos que todas nós, mulheres trabalhadoras, temos tempo e acesso à educação, à cultura, à ciência e à organização política. Uma transformação destas só pode ser conseguida com a luta revolucionária da classe trabalhadora, com a nacionalização dos sectores essenciais, especialmente da banca, e uma planificação da economia que coloque toda a riqueza que produzimos ao serviço do nosso bem-estar.